

Sistema é presidencialista e mandato de 5 anos



O mandato de 5 anos para o presidente foi mais comemorado que a vitória presidencialista

Atribuições presidenciais sob críticas

Pelo menos um ministro do governo Sarney se mostrou horrorizado com o regime presidencialista preconizado pelo senador Humberto Lucena para vigorar no País — o titular das Minas e Energias, Aureliano Chaves. Em telefonema às 8h30 de ontem para a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) o ministro se referiu a esse regime como a um presidencialismo que tomou talidomida. Ele ficou espantado sobretudo com a possibilidade de o presidente poder delegar o comando supremo das Forças Armadas, assim como a promoção dos oficiais-generais e a nomeação dos comandantes.

Exatamente no final da tarde de segunda-feira, Sandra Cavalcante mandou para Aureliano Chaves uma cópia do projeto de Humberto Lucena. Ela dizia ter certeza de que a maioria das pessoas que apoiavam a proposta Lucena o fazia por desconhecer seus absurdos, como a adoção de decretos, chamados medidas provisórias, com força de lei, assim como a possibilidade de até o consultor-geral, que ganha o nome de procurador-geral da República e da União, ter a delegação de poderes só conferidos ao presidente da República.

Depois de ler a emenda, Aureliano adotou a mesma posição. Ligou para a deputada, a fim de dizer que estava "escandalizado" com o sistema proposto, mas teve o cuidado de informar que não poderia tomar nenhuma atitude para evitar que a bancada pefelista aprovasse o presidencialismo "a la Lucena". "Mas eu posso pelo menos ligar para cada pefelista, a fim de dizer que o senhor ficou escandalizado?", perguntou-lhe Sandra Cavalcante. O ministro respondeu afirmativamente e acrescentou que poderia "apenas pedir a cada integrante de sua bancada que não votasse nenhuma barbaridade".

Em seguida, Aureliano Chaves telefonou para o próprio senador Humberto Lucena, contando-lhe seu espanto com a emenda. E disse claramente que não concordava com a sua aprovação. Em defesa da proposta, o senador Humberto Lucena disse ao ministro que reconhecia alguns defeitos do texto, mas explicou que eles poderiam ser retirados no segundo turno da votação. Evitou dizer a Aureliano Chaves que sua emenda era substitutiva e que, portanto, não seria votada com ressalvas, mas como um texto integral.

População irá elaborar leis na nova Carta

Em duas votações seguidas o plenário da Constituinte aprovou ontem dois dispositivos estabelecendo a participação popular na elaboração de leis complementares e projetos de lei à futura Constituição. Um dos dispositivos estabelece que os projetos e leis de iniciativa popular terão que ser assinados por no mínimo 1% do eleitorado nacional — 750 mil eleitores — distribuídos por pelo menos cinco Estados da Federação, sendo que em cada um deles a emenda terá que ter o apoio de 0,3% do eleitorado.

A primeira votação foi para se retomar o caput — enunciado — do artigo 75, que trata da iniciativa popular para a elaboração das leis complementares. A emenda foi votada sem encaminhamento e passou por 312 votos contra 139 e 22 abstenções. A emenda seguinte, fusão de vários textos, que especifica de que forma vai se dar essa participação, passou por um quórum bem mais alto: 391 votaram sim, 98 não e 24 se abstiveram.

Cobertura

A cobertura da votação do sistema de governo foi feita pelos seguintes repórteres: Andrei Meireles; Carmem Kozak; Débora Maroja; Gerson Menezes; José Cury Neto; Luis Eduardo Costa; Marco Antônio Maurício; Memélia Moreira; Marcondes Sampaio, sob a coordenação de Antônio Marcelo.

Centrão satisfeito com votação sobre o prazo de governo

A aprovação de um mandato de cinco anos para os futuros presidentes do Brasil provocou mais comemorações no plenário da Constituinte do que a manutenção do sistema presidencialista de governo. Depois da divulgação do resultado — 304 votos favoráveis, 223 contra e três abstenções — o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) — que fizeram a defesa da proposta — trocaram um longo abraço, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), era carregado nos ombros por parlamentares que defendem cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Ao contrário da votação do sistema de governo onde os satisfeitos se misturavam aos insatisfeitos com o resultado, a questão do mandato deixou clara, novamente, a linha que divide os constituintes progressistas e conservadores, pois a euforia era verificada no lado direito do plenário onde comumente se sentam os integrantes do Centrão.

Equilíbrio

A defesa para o acolhimento do destaque do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que estabelecia em quatro anos o mandato dos futuros presidentes, foi feita pelo autor e pelo deputado José Genóino (PT-SP). Monteiro argumentou que o acolhimento de sua proposta pelo plenário seria a "consolidação do compromisso de Tancredo Neves e do próprio presidente José Sarney que afir-

mou, na mensagem de convocação da Constituinte, que o seu mandato deveria ser de quatro anos".

O deputado José Genóino justificou que o seu partido defendia os quatro anos não apenas por causa de Sarney mas também por entender que "esse período é o que melhor se ajusta ao equilíbrio do voto popular e o Poder Executivo". Na sua opinião, a adoção dos quatro anos na parte permanente seria a única maneira de "limpar qualquer possibilidade do governo Sarney durar além de 1988".

O deputado Carlos Sant'Anna, em um pronunciamento breve, lembrou aos constituintes que não estava em questão naquele momento o mandato do atual presidente. Por isso, ele e também o senador Jarbas Passarinho, deferiram um mandato de cinco anos explicando que esse é o período mínimo para a concretização de um plano de governo. Passarinho apelou, inclusive, para "experiência da maioria dos constituintes que já exerceram cargos do Executivo" e tiveram a oportunidade de verificar que quatro anos são insuficientes.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, apesar de não querer entrar no mérito da questão, contestou o argumento do senador Jarbas Passarinho. "Toda primeira República teve mandatos de quatro anos e Rodrigues Alves foi um excelente Presidente", explicou o relator, que aproveitou para esclarecer que "defendia cinco anos antes porque o regime proposto era parlamentarista".

Agora, meta é manter Sarney

Os parlamentares cincoanistas já dão como certa a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, nas disposições transitórias da nova Constituição, após a fixação ontem do mandato de cinco anos para os futuros presidentes. Os quatroanistas admitem que a realização de eleições presidenciais este ano ficou muito mais difícil com a vitória do Palácio do Planalto nas disposições permanentes, mas prometem mobilizar a população a favor de sua tese.

"Não tem como não dar os cinco anos nas disposições transitórias. Esta força que nós demonstramos vai ser mantida na votação do mandato do presidente Sarney", garantiu o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), logo após a aprovação dos cinco anos.

Dificuldade

Mais eufórico, o deputado Luis Eduardo (PFL-BA), filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, dizia que se fosse votado ontem o mandato de seis anos para Sarney, a proposta seria aprovada.

Já o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, mais comedido, acha que com a votação de ontem fica muito difícil fixar o mandato do presidente José Sarney em quatro anos, porque, a seu ver, isto seria uma discriminação.

Por sua vez, os líderes do PMDB na Constituinte e no Se-

Ulysses diferencia situações

O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, entende que a aprovação ontem de um período de cinco anos para os mandatos presidenciais, no corpo permanente da futura Constituição, não significa "necessariamente" que a Constituinte atribuirá o mesmo mandato ao presidente Sarney.

Ulysses manifestou essa opinião após o encerramento da sessão de ontem. Ele respondeu aos repórteres que o tempo que ainda resta para a votação do mandato de Sarney — é que "vai definir" essa questão. Afirmou, ainda, que o mandato no corpo permanente e o mandato de Sarney são questões "autônomas, distintas".

O presidente da Constituinte começou suas declarações enal-

Por 344 votos contra 212 e 3 abstenções — os deputados Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) e João Paulo Pires (PT-MG) — o plenário da Constituinte aprovou ontem a emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) estabelecendo o presidencialismo como sistema de governo no projeto de Constituição. A votação teve um fato inédito desde que o plenário passou a atuar: compareceram à sessão todos os 559 constituintes. Logo após, foi votado o tempo de mandato para os futuros presidentes, ficando decidido que será de cinco anos.

A votação do sistema de governo transcorreu num clima de muita passionalidade entre as correntes

Planalto reage com euforia à decisão

Com muita euforia, o presidente José Sarney recebeu o resultado da votação de ontem estabelecendo o presidencialismo como sistema de governo. Ele acompanhou a votação pela televisão instalada em seu gabinete, ao lado dos ministros da casa e de seu filho, Fernando Sarney. Depois da vitória, o Presidente se reuniu com o assessor especial Thales Ramalho e recebeu a visita do governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita. A maior satisfação do Presidente foi a presença maciça dos 559 constituintes.

As 20h00, quando deixou o Palácio do Planalto com destino ao Alvorada, em companhia de seu irmão Ronald Sarney, o Presidente declarou: "Esta é uma vitória para o País. Não é uma vitória pessoal. Eu nunca tratei deste assunto como se fosse um assunto pessoal. Sempre quis que fosse o melhor para o País. Acho que o Congresso entendeu muito bem, e a legitimidade da decisão do Congresso assegura isso. Foi realmente uma vitória muito expressiva, com uma maioria e com a totalidade dos constituintes".

O Presidente ouviu a votação em silêncio e desabafou em seguida: "Menos uma preocupação".

O primeiro telefonema de parabéns para o Presidente veio de São Luís, de dona Kiola Sarney, mãe do Presidente.

O Presidente e toda sua equipe mantinham a expectativa de que ontem ainda fosse votada a duração do mandato. Um dos assessores, afirmou de que a partir de agora Sarney pode iniciar mais uma mudança de ministros.

presidencialista e parlamentarista dentro do plenário. O discurso de cada orador era intercalado por vaias e ironias, vindas na maior parte da bancada do PFL, que fica no lado direito do plenário. Os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Oscar Correa (PFL-MG) foram os que mais se destacaram fazendo intervenções jocosas aos que defendiam o parlamentarismo.

O clima tenso da votação ficou evidenciado quando o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que oito oradores fariam o encaminhamento da votação — 4 a favor e 4 contra — ao contrário do que se faz usualmente, quando apenas 2 de cada lado falam. O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), protestou dizendo que se estava abrindo um precedente. Impassível, Ulysses Guimarães disse que a exceção era para "uma situação histórica, excepcional".

Toda a votação durou exata-

PMDB sofre a maior derrota

Em menos de 48 horas de intensa atividade das máquinas do Governo Federal e da maioria dos governos estaduais, o Palácio do Planalto impôs, ontem, na votação do sistema de governo, a maior derrota já sofrida pelo comando do PMDB na Constituinte. O deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas foram derrotados inclusive dentro do partido com a maioria dos seus parlamentares votando a favor do presidencialismo. Todos os levantamentos feitos pela direção do PMDB indicavam uma tranquilidade maior pró-parlamentarismo no partido. Nas últimas horas, porém, houve uma reviravolta em várias bancadas como a do Pará, o Ceará e a de Minas Gerais.

Na segunda-feira, os governadores chegaram a Brasília, receberam orientação no Planalto, e passaram a trabalhar individual ou coletivamente com suas bancadas. O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, virou nada menos que seis votos computados como certos pelos parlamentaristas.

"Drama"

A bancada do Pará, que votou maciçamente a favor do presidencialismo, foi trabalhada pelo governador Hélio Gueiros, mas o que mais pesou foi uma reunião com o ministro Jader Barbalho, da Reforma Agrária. No encontro, Jader, dramático, ameaçou deixar o Ministério se a sua bancada não votasse com o governo. Deu certo.

Os argumentos utilizados pelos governos Federais e estaduais foram os mais variados. Após a votação de ontem, a deputada Beth Azeite, do PSB, contava para quem quisesse ouvir no cafezinho da Constituinte que todos os parlamentares do Amazonas que tinha dívidas com o Banco do Estado

mente duas horas e cinco minutos — começou às 16h05 e terminou às 18h10, quando o painel eletrônico mostrou o resultado. Os encaminhamentos tanto dos presidencialistas como dos parlamentaristas foram fracos.

O senador Luis Viana (PMDB-BA), parlamentarista, leu um discurso a favor do sistema de Gabinete feito pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse, ao final do seu discurso, que a maioria da bancada de Pernambuco votava no presidencialismo, no que foi contestado pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

O comparecimento dos 559 constituintes foi salgado no plenário que ao ser anunciado o resultado se dividiu, com a ala direita comemorando a vitória da emenda e antecipadamente a vitória do mandato de 5 anos para o Presidente da República.

tiveram seus débitos quitados para votar no presidencialismo e nos cinco anos de mandato presidencial. A deputada dizia, também, que, na segunda-feira, a Caixa Econômica Federal liberou recursos para a construção de uma vila de casas em Manaus e assegurava que a construtora a executar a obra é de propriedade de um dos constituintes do Estado.

Mas nem todos os parlamentares que votaram com o Governo Federal foram previamente atendidos em suas reivindicações. No caso de São Paulo, por exemplo, o governador Orestes Quêrcia espera, agora, a liberação de diversas verbas retidas. O deputado Samir Achoa, do PMDB de São Paulo, advertia no plenário: "nós aprovamos o presidencialismo, mas se não sair a verba do metrô e outras que estamos esperando, vamos todos para os quatro anos".

No Ceará, a Guinada pró-presidencialismo se deve a duas reuniões da bancada do PMDB no Estado com o governador Tasso Jereissatti nas últimas horas.

Na maioria das bancadas do PMDB, votos tidos como certos pelos parlamentaristas votaram a favor do presidencialismo. Em Santa Catarina, por exemplo, até a semana passada, o deputado Eduardo Moreira, do PMDB, dava entrevistas em defesa do parlamentarismo. Na sexta-feira, ele esteve no Palácio do Planalto. Ontem, votou na emenda Humberto Lucena. Em Goiás, o deputado Paulo Miranda, irmão do governador Marcelo Miranda, de Mato Grosso do Sul, era parlamentarista até segunda-feira, mas votou no presidencialismo. Ele atendeu a um pedido do ministro Iris Rezende, da Agricultura. (Andrei Meireles)



Roberto Cardoso (PMDB-SP)

nado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, creditaram a aprovação dos cinco anos nas disposições permanentes como consequência da manutenção do sistema presidencialista de governo. "Eu havia advertido que a aprovação do presidencialismo levaria ao mandato de cinco anos e o parlamentarismo aos quatro anos", disse Covas.

Covas ainda acredita numa reviravolta a favor da eleição presidencial em 1988, mas Fernando Henrique acha que os cinco anos para Sarney são irreversíveis. Já o líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire, alertou que o Governo deverá usar ainda com mais intensidade seu poder de pressão pela aprovação dos cinco anos nas disposições transitórias.

Nelio Rodrigues



Nelio Rodrigues